

A última saída

A semana proporcionou-nos o inquietante espetáculo do agravamento da crise com a entrada em cena, não para arrefecê-la, das duas maiores autoridades políticas do País, o presidente da República e o presidente da Constituinte. De ambos a Nação ouviu palavras que não sancionam nossa esperança de transição tranqüila.

As palavras do chefe do Estado soaram particularmente intranqüilizadoras porque contêm algumas simplificações que não nos autorizam supor esteja em vias de enquadrar-se à complexa causalidade dessa crise. A afirmação de que ela é substancialmente política e não econômica é uma simplificação, como também é a crença de que toda a vasta discórdia estabelecida não tenha outras causas senão a luta pelo poder. Também é uma simplificação generalizar-se a acusação de corruptos a todos os que denunciam corrupção.

Ora, a crise é política, sem dúvida. Mas sabemos todos, por ter sido assim em toda a história do País, que as crises políticas só prosperam quando genuinamente apoiadas pelo meio social. Até em 64, quando visivelmente se praticou um golpe militar, havia condições psicossociais favoráveis. Naquela ocasião, os agravantes de natureza econômica, conquanto bastantes para justificar a mobilização popular contra o Governo, eram menores do que as de hoje. O que dizer da situação econômica atual? A crise é política, sem dúvida, no sentido de que a liderança política é que a converte em luta, como aliás é seu papel. Mas os fundamentos psicossociais da luta, a sociologia da luta política, estão na crise econômica para a qual o Governo não ofereceu ainda resposta apropriada. A luta ideológica no País, embora ativa, limita-se a círculos muito restritos da liderança política e do meio sindical. O povo não participa dela. O povo só luta quando o bolso se esvazia. Se o presidente da República possuísse um programa de Governo capaz de sensibilizar a classe média — a única que de fato detém o poder político — a crise

política não se estabeleceria por eloqüente que fosse a retórica da luta pelo poder. O Presidente se queixa de que a luta política não o deixa governar. Isto é verdade. Mas não o seria, isto é, a classe política não encontraria apoio para a luta, se o Presidente houvesse oferecido alternativas consistentes à atual e desprimorosa disputa do poder. Não se disputa, ou não se consegue disputar, um poder ocupado.

Supor-se que toda a crise se esgote na luta pelo poder é menosprezar o caráter verdadeiramente grave da crise que vivemos. Uma crise que vem levando aceleradamente a classe média à proletarização através da disfunção completa dos mecanismos institucionais de defesa do seu direito ao bem-estar e ao crescimento. A inflação está fora do controle do Governo, a produção industrial, afrontada pela queda brusca do consumo, está caindo em cascata, o aumento de impostos não encontra razão ética, seja na aplicação dos recursos que arrecada, seja na observância do princípio de que não é lícito exigir-se de alguém mais do que ele pode oferecer. Por que os cidadãos têm de pagar impostos quando constatarem que a quase totalidade deles se destina a custear atividades-meio, nada sobrando para atividades-fins, as únicas que verdadeiramente importam?

Todos os recursos monetários do País, que deveriam estar direcionados para a produção, estão absorvidos pela rolagem da dívida pública, a chamada ciranda financeira. A impressora de títulos públicos não pára de rodar, os juros sobem, as atividades produtivas se inviabilizam, a agiotagem se instala. Essa é a crise. Aquilo que se chama de crise política não é mais que a instrumentalização dessa dramática ansiedade social.

O Presidente, cuja imagem honrada ainda se resguarda e cujo esforço, até com sacrifício pessoal, como ele tem dito, em favor da transição é um grande mérito, está entretanto perdendo todos os apoios políticos que tinha sem obter nenhum apoio novo. Há,

evidentemente, um erro estratégico a ser urgentemente corrigido antes que seu mandato, e as esperanças de transição consistente, naufraguem nas águas da convulsão.

Ele não tem outro caminho senão repactuar o sistema de poder visando a angariar aliados. Não se pode exercer solitariamente o poder porque este não pertence, nas democracias, a uma só pessoa. Pertence, antes, às elites. Elas é que o detêm de fato — as elites do sistema produtivo, as que controlam os meios de produção física e intelectual no País. Sem elas não há Governo, porque elas é que governam as forças que de fato dizem respeito às relações internas no País. Sem elas o poder político é uma ficção.

Repactuar o sistema de poder, atraindo a elite, significa outorgar-lhe a própria formação do Governo, cujos membros têm de ser, compulsoriamente, representativos de algum tipo de subsistema de poder. A idéia de que ministros e outros altos funcionários sejam «da confiança pessoal» do Presidente é uma ficção política infelizmente arraigada na cultura brasileira. Não é assim. Eles têm de ser «da confiança» não sem antes serem parte do sistema de poder efetivamente vigente no País. A entrega, às elites, dos postos-chave produziria por si só um programa de Governo confiável por aqueles que o podem sustentar. Os apoios tipicamente políticos, aqueles que se exprimem através dos partidos, decorreriam naturalmente de tal processo porque a acomodação do quadro social retiraria os fundamentos psicossociais da atual luta pelo poder.

E isto, segundo a opinião generalizada no meio que detém o poder de fato no País, o que o Presidente deve fazer para empreender o by pass de que tanto necessita para salvar o País de gravíssima perturbação.

Sem isto, só com a retórica dos ofendidos, nada mais se construirá no que lhe resta de mandato e o País marchará, através de uma economia em frangalhos, para uma crise política sem precedentes.